

## RECAJ NAS ESCOLAS: PROMOÇÃO DE CIDADANIA E FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR<sup>1</sup>

Adriana Goulart de Sena Orsini<sup>2</sup>  
Izabel Campos Ferreira<sup>2</sup>  
Juliana Castro Sander Moraes<sup>2</sup>  
Lucas Jerônimo Ribeiro da Silva<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Resolução de conflitos. Acesso à Justiça. Cidadania. Escolas. *Bullying*. Alteridade. Cultura da paz. Mediação escolar.

### INTRODUÇÃO

O Programa RECAJ UFMG, originado em 2007, consiste em grupo de estudos, pesquisa e extensão acerca das formas de resolução de conflitos e do acesso à justiça. Orientado pela Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Dra. Adriana Goulart de Sena Orsini, o RECAJ UFMG, composto por alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação, dedica suas atividades ao estudo e à difusão social dos diferentes métodos de solução de controvérsias, com destaque para as formas alternativas e pacíficas de resolução de conflitos. Ao longo de sua existência, o Programa já promoveu, dentre outros, seminários, pesquisas e uma cartilha didática em parceria com o Ministério da Educação intitulada “Formas de resolução de conflitos e acesso à justiça”.



Figura 1. Logo Projeto RECAJ nas Escolas

<sup>1</sup> Premiado em 1º lugar na área Educação, modalidade oral. Correspondência: [adrisena@uol.com.br](mailto:adrisena@uol.com.br)

<sup>2</sup> Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.



[Boaventura de Souza Santos \(2004\)](#) considera ser inerente à universidade pública a função de estabelecer uma relação dialógica e mutuamente benéfica entre o meio acadêmico e comunidade em geral. Por meio da extensão universitária, o Programa RECAJ criou em 2011 o Projeto “RECAJ nas Escolas”, compreendendo ser possível e necessária a realização de parcerias autênticas entre as diferentes instituições de ensino - públicas e privadas - nas quais se enseje relações dialógicas entre o ensino fundamental, médio e superior. O enfoque pluralista, interdisciplinar e construtivista do referido projeto, encontrou, nas obras pedagógico-educacionais de Paulo Freire, um importante norte teórico para o desenvolvimento dos trabalhos junto às crianças e aos adolescentes.

Em um contexto de crescente agravamento dos conflitos escolares no Brasil, aliado a um insuficiente debate, dentro e fora das instituições de ensino, fundado em construções teóricas consistentes sobre as possíveis e adequadas formas de soluções para essas controvérsias, com destaque para o enfrentamento do *bullying*, o “RECAJ nas Escolas” surge como um projeto de extensão universitária comprometido com o avanço das ações práticas efetivas e da evolução teórica a respeito do tema. Nesse sentido, o Projeto em tela tem por finalidade promover a discussão, entre crianças, adolescentes, pais e educadores, ou seja, entre os membros do espaço escolar, reflexões acerca das formas de resolução de conflitos aplicáveis às disputas que emergem naquele ambiente, sempre com vistas à promoção do acesso material à justiça, da cidadania, do empoderamento daqueles sujeitos sociais e, conseqüentemente, de uma cultura voltada à paz social.

Desde 2011, o projeto desenvolve-se com a participação de alunos e educadores de diferentes instituições voltadas à educação, dentre as quais, a Escola Municipal Salgado Filho, o Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC) e a Escola Estadual Deputado Simão da Cunha, todas localizadas em Belo Horizonte e região metropolitana. Em cada instituição, os encontros foram pautados pelo interesse precípua de contribuir para a formação cidadã dos jovens a partir de conceitos relacionados ao reconhecimento do outro, ao respeito mútuo e à alteridade, tendo-se em vista, principalmente, a diversidade e o multiculturalismo característico das escolas brasileiras.

## OBJETIVO

O desenvolvimento de projetos de extensão universitária como o “RECAJ Nas Escolas” possui suma importância nos dias de hoje, a qual se manifesta, sobretudo, no auxílio e na prevenção ao agravamento da crise do Poder Judiciário, atravessada em razão da falta de efetividade do método estatal – processo judicial – para a solução das controvérsias nas escolas.

Nessa linha, a falta de eficácia prática, ou seja, da produção dos efeitos desejados, pelo direito e pela sociedade, por meio da solução judicial dos conflitos intersubjetivos que surgem dentro das instituições de ensino, seja entre os próprios alunos, ou entre estes e os professores/funcionários, resulta, como comprova a experiência, na perduração dos litígios, que permanecem sem um tratamento adequado e compatível com o retorno da ordem e da boa convivência no ambiente escolar. Ressalta-se que essa “judicialização” dos conflitos escolares, alcança, por vezes, resultados contrários aos pretendidos, com o agravamento das controvérsias as quais a Justiça deveria dar fim justo.



Com base neste quadro, a promoção e a difusão, desde o ensino básico, de métodos compartilhados e não adversariais de resolução de conflitos, tais como a mediação escolar e, mais recentemente, a justiça restaurativa, atuam como verdadeiro instrumento para se consolidar relações calcadas na alteridade e no respeito mútuo entre os jovens.

Nesse sentido, o objetivo maior do Projeto em análise reside em duas frentes: na diminuição dos conflitos, dentro das escolas, envolvendo crianças e adolescentes – principalmente o *bullying* – e em um tratamento mais adequado desses tipos de controvérsia, a qual, originada no interior das instituições de ensino, por não ser adequadamente abordada, em uma perspectiva interdisciplinar, por profissionais da psicologia, pedagogia, sociologia, assim como por professores e pais de alunos, acaba por chegar ao Judiciário, o qual se tem demonstrado ineficiente para resolvê-la.

Desse modo, faz-se imprescindível o surgimento e a continuidade de ações de extensão universitária destinadas a, por meio de relação dialógica com a comunidade, promover a emancipação cidadã dos jovens, de forma a tornar as novas gerações aptas à tomada de decisões mais conscientes e, portanto, à resolução de seus próprios conflitos de forma compartilhada e consensual, seja na escola, ou em outras esferas da vida social. Assim, será sempre a observância da maneira mais adequada e menos dispendiosa possível à resolução de cada litígio, privilegiando-se sempre o diálogo e as soluções compartilhadas, que guiará a sociedade brasileira, desde os primeiros anos da vida escolar, rumo a uma cultura voltada à paz social.

## MÉTODO

O “RECAJ nas Escolas” tem formas de atuação internas e externas. Dentro da Faculdade de Direito da UFMG, o projeto oferece aos alunos da graduação e da pós-graduação uma oportunidade de aprofundamento em temas que permeiam os conflitos entre crianças e adolescentes, os dispositivos legais que protegem o jovem, o papel da escola na sociedade, os métodos didáticos aplicados, o papel da família na formação da criança, dentre outros. Isso se dá através da vertente “Escola e Alteridade”, um dos grupos de estudos do RECAJ UFMG, que discute semanalmente textos previamente indicados, abordando também questões como Mediação, Acesso à Justiça e Justiça Restaurativa.

Os extensionistas do projeto se encontram frequentemente para debate dos temas, de modo a elaborarem artigos, relatos e outros materiais ricos em fundamentação teórica, em vista da conjugação à pesquisa acadêmica das informações obtidas por meio dos trabalhos da extensão.

Externamente, O RECAJ nas Escolas visa atuar diretamente com os alunos das diferentes redes escolares - particulares, federais, estaduais e municipais - de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Isso se dá através do agendamento de encontros entre a equipe e os alunos em ciclos de debate interativos dentro das escolas.

Questões como o material utilizado, tempo de duração do encontro, quantidade de alunos, horário, idade dos jovens, dentre outros, são adequáveis à realidade de cada instituição. As recomendações feitas pelo RECAJ UFMG são flexíveis, justamente para melhor atender as demandas de todas as escolas e o material pode ser adaptado de acordo com faixa etária do público infanto-juvenil.



A estratégia consiste em instigar os jovens à discussão de temas polêmicos que lhes são familiares por serem vivenciados diariamente no ambiente escolar. Uma vez criado o reconhecimento entre as experiências pessoais de cada aluno e o tema, a discussão se torna mais acalorada, dinâmica, interativa e, principalmente, com maior potencial de transformação. Aconselha-se que as turmas sejam abordadas em grupos de aproximadamente 30 alunos, para que cada adolescente tenha oportunidade de emitir sua opinião, lançar exemplos pessoais e interagir melhor com os colegas, fortalecendo-se os vínculos entre eles.

Durante o encontro, é utilizado o material audiovisual desenvolvido pela própria equipe do "RECAJ nas Escolas", composto por slides que contêm figuras lúdicas, vídeos e explicações amplas e palatáveis dos conceitos abordados. A construção da ideia que se quer passar aos alunos, bem como os exemplos, se dá mediante explicações orais, sendo o material apenas um ponto de apoio.

Ressalta-se o papel essencial dos vídeos exibidos para fomentar o debate e a participação dos jovens. Através deles, são apresentadas situações polêmicas de violência nas escolas, *bullying*, campanhas internacionais que tratam da importância da solidariedade entre as pessoas e depoimento de personalidades famosas.

Por fim, aplica-se um questionário simples aos alunos que participaram dos debates para que a equipe tenha retorno das opiniões vigentes acerca de conflitos, *bullying* e a própria dinâmica escolar pela visão autêntica de cada criança e adolescente.



Figura 2. Ciclo de debates, Escola Estadual Deputado Simão da Cunha, Contagem – MG.

## RESULTADOS COM DISCUSSÃO

A elaboração de uma metodologia diferenciada possibilitou a criação de espaços voltados ao diálogo dentro das próprias instituições de ensino, por meio de círculos de debates, dinâmicas e materiais audiovisuais próprios para os alunos. Além da conscientização, a proposta de interação entre discentes da Universidade e do ensino fundamental e médio, possibilitou aos jovens da rede básica momentos de reflexões propícios à exteriorização de suas aflições e dificuldades, bem como facilitou trocas de experiências de vida entre seus pares. A importância do diálogo dentro das relações sociais, sobretudo as escolares, funda-se em fortalecer os laços de amizade e de empatia e favorecer a aceitação das diferenças, em prol de verdadeiras mudanças que tornem possível um convívio pacífico entre crianças e adolescentes.

A oportunidade da fala e da participação ativa dos alunos foi entendida, sob esse viés, como uma forma eficaz de estímulo à subjetividade e de empoderamento. À medida que os jovens tiveram a oportunidade de compreender as nuances que envolvem os conflitos escolares e suas perplexidades, lhes foi atribuída, da mesma forma, a possibilidade de serem ouvidos.

Nessa linha de pensamento, a abordagem interativa e informal a respeito das possíveis formas consensuais de solução de litígios no âmbito das instituições de ensino - a exemplo da mediação escolar e da Justiça Restaurativa - faz-se essencial. Nas escolas já visitadas pelo Projeto em 2012, foi clara a sensibilização dos alunos perante o tema abordado. Os jovens de Ensino Fundamental e Médio se mostraram bastante participativos, emitiram opiniões pessoais sobre os vídeos e temas polêmicos apresentados e contaram experiências próprias, muitas vezes emocionantes. Isso é um indicativo do sucesso do método aplicado durante os encontros, alvo de muitos elogios por parte dos alunos e também dos professores.



Figura 3. Alunos da Escola Estadual Deputado Simão da Cunha, Contagem - MG

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que as diferenças de localização, classe econômica predominante e condições físico-estruturais das escolas representam, por vezes, características influentes, porém extrínsecas aos confrontos protagonizados por jovens. Para além das diferenças físicas e econômicas, os conflitos escolares são marcados por peculiaridades outras referentes à própria conformação da sociedade, cujas relações intersubjetivas, predominantemente, estão calcadas na intolerância, na não aceitação do outro, no individualismo e na violência.

O ambiente escolar é reflexo das relações exteriores a ele, mas também o mundo externo reflete as relações escolares. Por isso, a ideia geral é construir em conjunto a



noção de como situações aparentemente insignificantes do cotidiano escolar podem alimentar um ciclo adversarial de conflitos, que, por fim, envolve vários membros da comunidade em disputas que poderiam ser resolvidas através do diálogo. Assim, incentiva-se a ação solidária e dialógica com o outro desde a tenra idade, pois essa é a melhor forma de criar um ciclo de boas ações, uma cultura da paz.

Informar e capacitar sujeitos sociais em seus diferentes âmbitos de atuação é contribuir para a efetivação de direitos, para a cultura do diálogo e para a emancipação social, na medida em que o saber favorece uma tomada mais consciente de decisões. Se vivenciados pelos sujeitos os chamados "espaços dialógicos", estes tendem a ser compartilhados, podendo falar-se de uma formação essencialmente cidadã e fundamentada em preceitos básicos de Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violência nas escolas**: América Latina e Caribe. Brasília, DF: Unesco, 2003.

BARBOSA, A. G.; LOURENÇO, L. M.; PEREIRA, B. **Bullying**: conhecer e intervir. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2011.

BEHRENS, M. A. **Paradigma da complexidade**: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FREIRE, A. M. A. **Educação para a paz segundo Paulo Freire**. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n 2 (59), p. 387 – 393, maio/ago, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FREIRE, P. **Teoria e prática da liberdade**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34 - ONU. 1959. Declaração Universal dos Direitos da Criança.

ORTEGA, R. *et al.* **Estratégias educativas para prevenção das violências**. Trad. de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

[SANTOS, B. S.](#) **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Fontanar, Ed.1, 2009.